

TESE GUIA PARA O 8º COMET DO SIMERJ

1 - CONJUNTURA NACIONAL

O Brasil, apesar de ter trilhado um caminho que vem atendendo, parcialmente, às políticas de desconcentração de renda, inclusão social e democratização do aparelho estatal, com a participação efetiva da sociedade civil, ainda está muito longe do que foi projetado pelas classes trabalhadoras como um Governo Popular.

1.1 - A governabilidade tem-se sustentado com alguma distância do campo político que a elegeu. Isto exige dos movimentos sociais, uma constante disputa com os segmentos conservadores do país que mantém o governo em permanente pressão de denúncias e reivindicações que ora apoiando, ora tensionando, vão ameaçando com exigências à direita e um troca-troca para aprovar medidas do seu interesse.

1.2 - COMPOSIÇÃO DO GOVERNO - A atual composição governante é uma coligação de centro-esquerda, capitaneado pelo PT, PSB e PC do B, tensionada para o centro pelo PMDB e à direita pelo PP, PSD, PRB e outros.

1.3 - Os Poderes Legislativo e Judiciário, extremamente conservadores e guardiões dos direitos e conquistas das classes exploradoras, mantêm as iniciativas Governamentais, com as suas concessões às classes trabalhadoras e oprimidas, nos limites das suas paciências, ameaçando o Poder Executivo com os seus vetos, processos e críticas exacerbadas.

1.4 - Como, desde os Governos Lula, não houve ruptura com o cerne das políticas neoliberais, condição para a construção da coligação de governo e manutenção da governabilidade, até hoje vemos a adoção de políticas que não deixam de privilegiar as classes exploradoras: principalmente pela manutenção das concessões públicas que não chegam ao nível de venda direta, ou seja, privatizações, mas não deixam de colocar nas mãos de empresários, nem sempre bem intencionados, o patrimônio nacional e/ou a responsabilidade pela prestação de serviços públicos que deveriam, por coerência política, ser administrados por servidores públicos também.

1.5 - Embora - graças principalmente ao movimento sindical - tenha resistido mais ao flagelo neoliberal que varreu especialmente a Europa e a América do Sul a partir dos anos 80, o Brasil não ficou imune à onda de privatizações e rapinagem do patrimônio público nem, tampouco, às políticas de flexibilização que a toda hora tenta retirar direitos trabalhistas no intuito de possibilitar uma reordenação do capital nacional e internacional.

1.6 - A tentativa neoliberal de implantação de políticas públicas desregulamentadoras e privatizantes que não decolou eficientemente com Collor e Itamar, mas foi colocada em prática na era FHC, não desapareceu completamente durante os governos Lula e

Dilma, porém, mantém-se uma batalha surda, mas visível, de oposição ao Governo Federal, com o auxílio da grande mídia (apelidada inteligentemente, pelos segmentos sérios e descomprometidos do jornalismo, de Partido da Imprensa Golpista - PIG), no sentido de impedir que outras conquistas dos trabalhadores sejam implantadas. É verdade que as privatizações não prosseguiram, nem as reformas trabalhistas e sindical tais como: flexibilização da CLT, extinção da multa de 10% do FGTS e Reforma da Previdência, conforme exigido por parte do empresariado nacional que extinguiriam conquistas trabalhistas históricas.

1.7 - A MELHORIA DOS INDICADORES SOCIAIS - Sem cair em simplificações ideológicas que poderiam exigir do Executivo, movimentos que o jogasse em aventuras que pudessem comprometer a democracia ou inviabilizar os pequenos avanços que as classes mais despossuídas tiveram, é possível afirmar que o governo atual, de alguma forma, tenta realizar a agenda política dos anos 50, interrompida pelo golpe militar de 1964.

De um lado, aposta numa política econômica clássica que não mexeu ainda nos enormes benefícios que o setor financeiro possui sobre a economia como um todo; investe numa indústria de produção de bens de consumo enquanto debate-se entre o apoio ao agronegócio e o compromisso com reestruturação fundiária.

De outro, implementa políticas que lentamente modificam um cenário social que parecia inexoravelmente cristalizado. Aumento significativo de indicadores sociais, tais como expectativa de vida e de taxa de natalidade, convivem com privilégios de uma elite cartorial oligopolista.

1.8 – O PROGRAMA “MAIS MÉDICOS - Mais recentemente o Governo tomou uma decisão inédita, demonstrando sua opção de priorizar a saúde dos menos favorecidos, lançando um programa a nível nacional de interiorização de médicos. O programa sofreu uma grande oposição de setores da oposição e da mídia e parte da categoria e alguns Conselhos Regionais e do Nacional o que inviabilizou em parte a sua execução. O Governo Federal radicalizou e decidiu trazer médicos estrangeiros e/ou brasileiros formados no exterior, em sua maioria cubanos, através do **Programa Mais Médicos**, para trabalhar em regiões do Brasil, carentes de recursos e com maior necessidade desses serviços, em função de pouquíssimos brasileiros inscreverem-se para participar, mesmo com a oferta de pagamento de salário de R\$ 10 mil.

O Governo ainda enfrenta um forte corporativismo, de parte da categoria como o Conselho Federal de Medicina que estão dificultando o registro desses profissionais, além de parte da mídia que continua sugerindo que os médicos estrangeiros não têm condições legais de exercer a função e que se trata de “uma infiltração socialista do Brasil pelos cubanos”.

1.9 - BALANÇO - De maneira que o balanço possível de se fazer nos últimos anos de governo Lula e Dilma é da existência de avanços visíveis no que diz respeito às diversas políticas compensatórias como as da Bolsa Família, Bolsa Escola e políticas de cotas, assim como uma inclusão inédita de segmentos da sociedade no mercado consumidor.

Por outro lado, existe uma incapacidade e uma falta de engajamento político de parte do governo para modificar a histórica apropriação dos bens públicos por parte da elite econômica. O caso da depredação da floresta amazônica e de outros biomas é uma prova mais notória disto.

1.10 - AS MANIFESTAÇÕES DE RUA - Com relação às últimas manifestações, iniciadas em junho de 2013, inicialmente pacíficas, com expressivo número de participantes sem organização dando margem a infiltrações de grupos anarquistas entre outros, levando a depredações de propriedades públicas e privadas.

Este movimento teve seu foco maior nos transportes, justa reivindicação do Movimento Passe Livre - MPL a nível nacional que, com suas reivindicações conseguiu barrar e até suspender os aumentos das tarifas que já estavam sendo praticadas. Lamentavelmente uma das saídas que se cogita é aumentar o subsidio dado as empresários do setor, o que já vem sendo praticado em larga escala e que custa bilhões aos cofres públicos aos 3 entes da federação. Isto levou o governo a se pronunciar com Dilma anunciando uma reforma política que ainda não foi totalmente levada adiante.

CONJUNTURA ESTADUAL/LOCAL

2 – NO ESTADO - No âmbito estadual, vemos um Governo aliado ao Federal, de estrutura e composição puramente neoliberal, adotar medidas de sufocamento das classes trabalhadoras, aviltamento das condições de trabalho, principalmente nas áreas mais vitais como saúde, educação e transportes, além da manutenção das medidas de concessão/privatização nas mais diversas áreas.

2.1 – AS RELAÇÕES - Envolvido em escândalos de favorecimento de empresários – Eike Batista do Grupo X e Cavendish, do Grupo Delta, vêm destruindo a saúde e a educação públicas, apesar de todas as verbas que o Governo Federal, republicanamente, aporta em seus cofres.

2.2 – OS MEIOS DE TRANSPORTES DE MASSAS - Os trabalhadores do setor de transportes, como de outros setores, completamente desconsiderados e relegados a um segundo plano, assistem ao desmantelamento estatal do setor, capitaneado por um secretário comprometido com os setores empresariais privados.

2.3 – AS CONCESSÕES E PRIVATIZAÇÕES - As concessões das operações do Metrô, dos Trens Urbanos e das Barcas mostraram-se ineficientes, tendo em vista o caos que foi implantado nesses modais. Diariamente vemos manchetes de jornais com acidentes na SUPERVIA, paralisações por horas de trens superlotados que ocasionam revoltas populares, quebra-quebra e queima de vagões, na medida em que a população mais carente é quem mais precisa e é também a que tem o pior atendimento, portanto esse tipo de revolta quando é deflagrada é porque há um esgotamento – um “não aguento mais passar por isso” todos os dias.

2.4 – NO RODOVIÁRIO - O sistema rodoviário servido pelos ônibus, que são um tipo de concessão tão antiga que muitas vezes esquecemos tratá-la como tal e pensamos que as empresas são do “português fulano ou ciclano”, não trazendo à baila o fato de que as vias públicas urbanas, e a sua manutenção, pavimentação, asfaltamento, pintura de faixas, colocação de pontos de ônibus, sinalização, guardas municipais e outras mais são feitas e pagas pelo Poder Público, sem esquecer que todas as chamadas gratuidades que são divulgadas como “bondades”, são subsidiadas por esse mesmo Poder ou pela inclusão no custo da tarifa.

2.4.1 – LICITAÇÕES - Recentemente foram feitas licitações para utilização de todas as linhas do sistema na capital, incluindo os denominados de BRT e BRS, vencidas pelos mesmos “donos” de há tantos anos atrás. Foram mais de 500 linhas licitadas e nenhuma trocou o concessionário, servindo para justificar o discurso do atual Prefeito de que pela primeira vez foi feita licitação no Rio de Janeiro, porém esse sistema também não é a solução, pois, funciona sobre pneus e na sua maior parte nas mesmas vias que já estão sobrecarregadas e vem ocasionando inúmeros, acidente com pedestres resultando em mortes.

2.5 – O RESULTADO - As pretensas, competência e eficiência das empresas privadas, caíram por terra como era denunciado pelos trabalhadores do setor, na época das concessões. As operadoras estatais eram muito mais eficientes, mas, o atual Governador, Sérgio Cabral, Presidente da ALERJ, em 1995, cumprindo compromisso com o Governo Marcelo Alencar – PSDB, que alegava não poder pagar os custos operacionais das estatais dos transportes, fez aprovar a Lei que criou o Programa Estadual de Desestatização – PED que desmoronou o setor estatal dos transportes, que, em 1997, era responsável pelo transporte de mais de 800 mil passageiros (metrô, trens e barcas). Que em 1984, antes do sucateamento, chegou a transportar mais de 2 milhões/dia.

Contudo, atualmente, mesmo sendo um princípio da lei do PED de que o Estado só faria investimentos em saúde, saneamento básico, educação e segurança pública, o Governo Estadual compra composições para doar à METRORIO e à SUPERVIA, além de assumir, nas sombras, outros compromissos financeiros dessas empresas privadas.

Com a concessão da operação do Metrô, a empresa estatal – Cia do Metropolitano do Rio de Janeiro – METRÔ, que chegou ter 3500 empregados, entrou em declínio e hoje restam menos de 400.

Os novos empregados da concessionária, inexperientes e ameaçados constantemente de demissão e outras arbitrariedades, não conseguiram manter o mesmo nível de filiação e de manutenção financeira da entidade sindical.

2.6 – O METRÔ - A atual Concessionária, que se denomina Concessão Metroviária METRORIO adota uma política de demissão e alta rotatividade de mão de obra e perseguição aos sindicalistas e a qualquer outro trabalhador que lute de uma maneira mais aberta pelos seus direitos, interferindo até na CIPA. Por ocasião das discussões de negociação do Acordo Coletivo 2013, obrigou centenas de empregados a comparecer à Assembleia, pagando horas extras e levando Coordenadores e “chefetes para tomar conta” dos votos pela aprovação da sua proposta mínima que o Sindicato e a Comissão de Negociação repudiavam.

2.7 – AS CONSEQUÊNCIAS - As medidas neoliberais que são mantidas até a presente data pelos Governos Estaduais, primeiro com Moreira Franco, retomando com Marcelo Alencar, passando por Garotinho e Rosinha, até o atual Governo, levaram ao enfraquecimento da categoria metroviária, por perda de consistência política, volume de filiação e capacidade financeira, e por consequência da sua entidade política – SIMERJ, levando-a a desfazer-se de parte do seu patrimônio para pagar diversas dívidas contraídas durante os anos pós-concessão.

3 - CONJUNTURA INTERNACIONAL

3.1 – NA AMÉRICA DO SUL - Recentemente na América do Sul tivemos movimentos sociais conectando-se, criando novos movimentos políticos, organizações políticas, disputando eleições e chegando ao poder – isso é o importante e completamente novo: tomar o poder a partir do sistema democrático eleitoral.

O novo ciclo político, com desenvolvimento soberano e integração, na América Latina fruto do fracasso das políticas neoliberais, da crise econômica e social agravada por essas políticas pró-imperialistas e antidemocráticas, e o acúmulo de forças nas lutas de massa e nas lutas eleitorais, variadas forças políticas de esquerda chegaram aos governos nacionais na América Latina e Caribe.

3.2 – O ÚLTIMO CICLO POLÍTICO - Em 2013 completam-se 15 anos do início desse ciclo político inédito de governos patrióticos, progressistas e anti-imperialistas na

América Latina e Caribe considerando, como início de tal processo, a eleição de Hugo Chávez na Venezuela em 1998. Já em 2003, iniciaram-se os governos de Lula e Nestor Kirchner, no Brasil e na Argentina, ocorrendo a partir daí uma série de vitórias em países, como Uruguai, Bolívia, Equador, Nicarágua e El Salvador. Este período é politicamente a principal experiência histórica da esquerda latino-americana em sua longa luta, que permanece, pelo poder político; e é necessário garantir a sua continuidade, renovando objetivos e desafios.

3.3 - A CRISE DE WALL STREET - A crise de 2008, do sistema Wall Street, ou seja, do neoliberalismo, contra o qual os políticos não são capazes de lidar por causa do “extremo centro”. Temos uma crise imensa e eles não fazem nada para desafiar a vigência do neoliberalismo e capitalismo; seguem implementando as mesmas políticas. Até economistas burgueses tradicionais os advertem que assim não se resolverão os problemas, mas eles temem fazer mudanças e abrir espaço para mais disputas.

Os neoliberais estão plenamente confiantes de que não existe uma alternativa a eles. Não importam os movimentos de massas. Estes virão e passarão e, caso tornem-se muito perigosos, podem ser esmagados. A menos que haja uma crise terminal do capitalismo, os neoliberais sempre se recuperarão. Por isso que muita gente no mundo tem esperanças verdadeiras de que algo diferente possa sair da América do Sul.

3.4 – UMA NOVA EXPERIÊNCIA - Para o resto do mundo, o que aconteceu na América do Sul é o experimento mais radical até agora – dentro do capitalismo, de acordo –, mas muito radical, porque o mundo nos disse que o Estado não deve fazer nada, o que é muito irônico agora, quando há uma tremenda crise e é preciso recorrer ao Estado.

Há dois movimentos diferentes. Um são os movimentos nos EUA e Reino Unido, que são essencialmente movimentos de protesto simbólico, ocupando espaços públicos, mantendo-se só nisso, porém são muito importantes porque, ao menos, algo está acontecendo; são movimentos em uma etapa muito embrionária, pequenos, principalmente de jovens, às vezes alguns sindicalistas, e esse é seu alcance, simbólico. Não podemos prever o que acontecerá com eles.

3.5 – ESPANHA - Outro tipo de movimento está na Espanha e Grécia, que foram movimentos imensos, não somente protestos simbólicos. Na Espanha houve imensas ocupações em Madri, Barcelona e outras cidades, mas que não formularam uma carta ou programa ainda que de limitadas exigências. É evidente o que pensam, mas não o codificaram, não o puseram num plano que pudesse unir as pessoas por um longo tempo. Por isso, apesar dos imensos movimentos, na Espanha a vitória foi da direita nas eleições, os movimentos não participaram da política porque dizem que “a política é suja, asquerosa, manchada”. Isso é um problema porque ou se faz uma revolução – que não é possível neste momento – ou se intervém no sistema político, tal como está, como na América do Sul, e

tenta-se mudá-lo com novas constituições ou, seja lá o que for. Não fizeram, e a Espanha é um grande fracasso.

3.6 – A GRÉCIA - Na Grécia houve seis greves gerais, movimentos massivos, mas nada de resultado estando o país entregue aos banqueiros, literalmente e um deles foi nomeado para dirigir o país, de Papandreou a Papademos. Esse é um acontecimento interessante na Europa: os partidos políticos tradicionais já não podem dirigir o sistema. Então, agora são uma colônia da União Europeia e os alemães e estadunidenses são quem decide: “Tudo bem, tomem o governo porque não confiamos neles”. Podemos chamar isso de **ditadura do capital** que, de distintas formas, é o “extremo centro”, composto pela centro-esquerda e centro-direita, onde não importa quem está no poder, fazem exatamente as mesmas coisas. Contra eles é preciso uma resposta política, caso contrário, os movimentos poderão ser esmagados.

Houve um momento em que os movimentos sociais na Grécia poderiam tomar o poder, aproveitando-se da imensa presença das massas nas ruas, inibindo a intervenção dos militares. Com a convocação de uma assembleia popular, e a eleição de delegados, de todas as áreas, para elaboração de um programa para todo o país, inspirando o resto do mundo.

3.7 - O ORIENTE – A ÁSIA – O MUNDO ÁRABE - No mundo árabe tivemos grandes levantamentos, mas não produziram uma nova formação política. Na Tunísia e no Egito ocorreu que as organizações políticas que haviam sido reprimidas voltaram a aparecer, principalmente, as islamistas. Os novos personagens, os jovens que criaram os movimentos, ficaram sem voz política. A escala dos movimentos é imensa, mas sem grande capacidade de condução e, por isso, o exército no Egito pode tomar o poder novamente.

3.7.1 – TUNÍSIA - Na Tunísia os islamistas ganharam as eleições, o que gerou um grande equívoco sobre os partidos vencedores. O mundo ocidental pensa, automaticamente, em terroristas, extremistas, fundamentalistas, mas esses partidos islamistas são religiosos, socialmente conservadores, como os democratas cristãos da Europa e os partidos dominados pela Igreja Católica em outros lugares do mundo. É muito importante colocar isso em perspectiva. Os partidos apoiados por luteranos e católicos existem em diferentes lugares do mundo ocidental e são aceitos, porém quando os islamistas são eleitos, o resto do mundo fica nervoso. Podemos não concordar com esses partidos, mas há que se aceitar seu direito a ganhar eleições e que as pessoas aprendam através de suas próprias experiências.

3.7.2 – EGITO - No Egito, se acontecerem eleições livres, é provável que a Irmandade Muçulmana ganhe. O cálculo é que exista, aproximadamente, 40% do

eleitorado, ou seja, que podem formar um governo, se o exército e os EUA permitirem o que poderá se repetir na Síria, se acontecerem mudanças.

É importante entender a razão disso. De 1976 a 1989/90, a esquerda e os nacionalistas foram erradicados do mundo árabe pelos estadunidenses, em aliança com os islamistas – estes sim, islamistas duros. Existe um vácuo e novos tipos de grupos islamistas estão surgindo. No Egito e na Tunísia, a esquerda está tentando organizar novos movimentos, partidos que podem ter êxito, mas até agora não tem forças, são pequenos, assim como em todo o mundo árabe.

Proposta de Lutas e Campanhas Permanentes

1. Pela readmissão dos Dirigentes Sindicais Demitidos e ter como item principal na pauta de acordo Coletivo;
2. Pela estabilidade no emprego com fim da demissão imotivada conforme convenção 158 da OIT e Acórdão do STF;
3. Em conjunto com a sociedade civil organizada por um transporte Metroviário público e de qualidade;
4. Defesa da reestruturação da RIOTRILHOS com objetivo social;
5. Manutenção e aprimoramento da campanha salarial unificada a nível nacional;
6. Contra a terceirização na concessionária privada;
7. Pela redução da jornada de trabalho;
8. Participação ativa nas lutas de recuperação do valor das aposentadorias e contra o fator previdenciário;
9. Contra a conduta antissindical da concessionária;
10. Defender o amplo direito de greve contra qualquer projeto que o restrinja;
11. Participação nas lutas por um sistema de Saúde Pública de qualidade e aprimoramento do Sistema Único de Saúde –SUS.